

CÂMARA APROVA ISENÇÃO DE IR PARA QUEM GANHA ATÉ R\$ 5 MIL E CRIA NOVA COBRANÇA PARA ALTA RENDA

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1087/25, apresentado pelo Poder Executivo, que zera o Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) para quem recebe até R\$ 5 mil por mês. O texto também cria uma cobrança adicional destinada a contribuintes com renda tributável acima de R\$ 600 mil anuais. A matéria segue agora para análise no Senado.

A proposta busca tornar a tributação da renda mais equilibrada, por meio da alíquota efetiva — cálculo aplicado após deduções e isenções. Para compensar a isenção dos trabalhadores com rendimentos menores, será estabelecido um percentual mínimo de 10% de IR para cerca de 141,4 mil brasileiros de maior renda, que atualmente recolhem, em média, apenas 2,5% considerando salários, lucros e dividendos. Já a maior parte dos trabalhadores paga entre 9% e 11%.

O benefício de redução também será aplicado na Declaração de Ajuste Anual, tanto na modalidade completa quanto no modelo simplificado, cujo desconto passa de R\$ 16.754,34 para R\$ 17.640,00. O desconto contemplará ainda o 13º salário, tributado exclusivamente na fonte.

O relator Arthur Lira (PP-AL) ajustou o texto para ampliar a redução gradual das alíquotas para quem ganha acima de R\$ 5 mil, agora limitada a rendimentos de até R\$ 7.350,00 — quanto maior o salário, menor o desconto. Acima desse valor, não haverá mudanças. Ele também ampliou o rol de receitas dedutíveis, incluindo lucros e dividendos aprovados até 31 de dezembro de 2025 e rendas do agronegócio e do setor imobiliário. Além disso, dividendos referentes ao ano de 2025 poderão ser distribuídos até 2028, e taxas repassadas aos tribunais foram retiradas da base de cálculo dos notários.

O relator ainda determinou que o governo apresente, dentro de um ano, um projeto para estabelecer uma política permanente de atualização da tabela do IR, atendendo às diversas sugestões de emendas discutidas durante a tramitação.

Lira destacou que 15,5 milhões de brasileiros serão diretamente beneficiados com a isenção, enquanto cerca de 140 mil contribuintes de alta renda compensarão essa redução. Segundo ele, não haverá perda na arrecadação federal, estimada em cerca de R\$ 227 bilhões provenientes do IR, apesar da renúncia de R\$ 25,4 bilhões. O deputado avaliou que a medida representa apenas o início de um avanço na justiça tributária no país, que deve continuar com a reforma da renda.

Por fim, o presidente da Câmara ressaltou que o cronograma de votação foi respeitado, reafirmando o compromisso da Casa com a transparência e o diálogo. Segundo Lira, o objetivo é tornar o sistema tributário mais justo e adequado à realidade econômica dos brasileiros que menos ganham.

